

ÍNDICE

DOCTRINA

SIMÃO MENDES DE SOUSA

O princípio da proporcionalidade e o recurso discricionário à arbitragem no artigo 476.º, n.º 2 do Código dos Contratos Públicos 433

ANABELA LUNA DE CARVALHO

A videovigilância no local de trabalho. Os limites da proteção de dados na jurisprudência laboral. Os desafios do teletrabalho 465

BEATRIZ GERALDES

A regulação da atividade de notação de risco e a utilização de instrumentos regulatórios para alargar o alcance da legislação europeia 493

DANIEL VIEIRA LOURENÇO

Do ressarcimento integral do dano sofrido em processo de insolvência, à punição da conduta do litigante de má-fé – fragilidades do paradigma atual 521

IRENE TEIXEIRA DE OLIVEIRA

A (ir)recorribilidade das decisões arbitrais em Direito Administrativo e a legitimidade para interposição de recursos 547

MARIA VITÓRIA GALVAN MOMO

Um diálogo entre justiça e busca pela verdade no modelo processual cooperativo: o caso das provas ilícitas em processo civil 581

POLÍTICA E ÉTICA EDITORIAIS

Critérios de publicação 635